

PROPRIEDADES FONÉTICAS E GENERALIDADE DE PROCESSOS FONOLÓGICOS:
O CASO DO "R CAIPIRA"*

Brian F. Head (UNICAMP)

Com referência às propriedades de pronúncia que caracterizam o dialeto caipira, A. Araral (1920:21) inclui a seguinte descrição de uma das variantes típicas dessa variedade do português do Brasil:

r inter e post-vocálico (arara, carta) possui um valor peculiar: é linguô-palatal e guturalizado. Na sua prolação, em vez de projectar a ponta contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal. Não há quasi nenhuma vibração tremulante. Para o ouvido, este r caipira asserelha-se bastante ao r inglês post-vocálico. É, muito provavelmente, o mesmo r brando dos autóctones.

No trecho citado, destacam-se dois problemas com relação à referida variante dialetal: (1) sua natureza fonética, e (2) sua origem. Ambas as questões - tanto as propriedades fonéticas, como a origem histórica - têm sido tratadas de diversas maneiras nos trabalhos que se referem ao "dialeto caipira".

O presente estudo tem como finalidade (1) contribuir para um melhor conhecimento das propriedades fonéticas do "r caipira", e (2) com base na descrição es-

* Versões parciais do presente estudo foram apresentadas anteriormente em duas comunicações: "Propriedades articulatórias e acústicas do 'r caipira'," II Encontro Nacional de Fonética e Fonologia, Brasília, UnB, 8-10/09/86, e "O 'r caipira': variação fonética e evolução histórica," XXXII Seminário do GEL, Araraquara, UNESP, 7-8/10/86.

trutural dessa variante e de outras que são típicas de variedades populares e rurais do português brasileiro, caracterizar alguns dos processos sincrônicos e diacrônicos de que participa o "r caipira", no intuito de esclarecer a natureza de sua origem.

1. Propriedades fonéticas do "r caipira".

Nesta seção, pretendo examinar as características fonéticas que têm sido atribuídas ao "r caipira" em diversos trabalhos, compará-las e confrontá-las com propriedades observadas por mim.

1.1. O caráter "retroflexo".

Embora o "r" típico do dialeto caipira seja uma das particularidades dessa variedade da língua que mais têm chamado a atenção dos estudiosos, as descrições da respectiva articulação variam bastante. Foi notado desde cedo, porém, seu caráter retroflexo. Segundo observa G. Istre (1971:235-6):

If any one feature of the dialect has caught the attention of those who heard it, whether they be dialect scholars or simple novices, it is the treatment of /r/. And only one man, Amadeu Araral, has ever come close to describing it sufficiently... Summed up, Araral gave a very good description of a retroflex /r/.

(Se alguma característica do dialeto (caipira) tem atraído a atenção dos que o ouviram, sejam estudiosos da dialetologia, sejam simples novatos, é o tratamento de /r/. E só uma pessoa, Amadeu Araral, chegou perto de uma descrição suficiente... Em suma, Araral fez uma descrição muito boa de um /r/ retroflexo.)

Assim, embora A. Araral (1920) não chame o "r caipira" de "retroflexo", os termos da descrição que ele apresenta tornam evidente esse aspecto da articulação, segundo observada pelo autor do estudo clássico sobre a respectiva variante da língua portuguesa (-- o qual ainda é o trabalho que mais informação fornece sobre as características típicas do referido dialeto).¹ A propriedade de articulação retroflexa também é atribuída ao "r caipira" nas descrições que se encontram em diversos trabalhos posteriores, tanto em estudos que pretendem dar uma visão geral da linguagem popular ou regional no Brasil (p. ex., S. Silva Neto 1963:194, S. Elia 1976:231, G. Chaves de Melo 1971:106) como em trabalhos baseados em pesquisa sobre o próprio dia-

leto caipira, de uma ou de outra região do Estado de São Paulo (G. Istre 1971:126, B. Head 1978:23, A.N. Rodrigues 1974:161).

De uso tão comum é o termo "retroflexo", para descrever o "r" típico do dialeto caipira, que uma das referências mais frequentes em relação a essa particularidade dialetal é justamente "r retroflexo", ao lado de "r caipira" (termo este usado pelo próprio A. Amaral e adotado posteriormente por outros, como B. Head 1973). Mas será que o termo "retroflexo" é adequado para caracterizar todas as realizações diversas do "r" típico do dialeto caipira? Para responder a tal pergunta, é preciso levar em conta outras propriedades--que podem, ou não, ser compatíveis com a articulação retroflexa--especialmente aquelas relacionadas com os efeitos acústicos dessa forma de produção (v. 1.3 e 1.4 infra). Começaremos por considerar uma característica que alguns autores atribuem também ao "r retroflexo": a qualidade de vibrante.

1.2. O caráter "vibrante".

Na descrição do "r caipira", A. Amaral (1920:21) afirma que "Não há quasi nenhuma vibração trerulante". O mesmo autor observa que, com o modo de articulação (retroflexa) descrita, é impossível obter a vibração do "rr forte ou vibrante". No entanto, encontra-se a caracterização "vibrante retroflexa" (vibrante retroflexa? vibrante retroflexa?) em vários trabalhos referentes a dialetos do português do Brasil, tais como o estudo monográfico sobre uma variedade do "dialeto caipira" da autoria de A.N. Rodrigues (1974:161 e passim) e os diversos atlas lingüísticos regionais brasileiros (N. Rossi et al. 1963:9, J. Ribeiro et al. 1977:35, Ma. S. Aragão e C. Menezes 1984:v.1, 20).

Assim, por um lado, há autores que empregam o termo "vibrante retroflexa" e por outro lado, há os que questionam (como A. Amaral: "não há quase nenhuma vibração trerulante"), ou que negam (p. ex., G. Chaves de Melo 1971:106) o caráter de vibrante a uma variante do dialeto caipira geralmente reconhecida como retroflexa -- além daqueles que simplesmente empregam o termo "retroflexo" na caracterização do "r", sem usar, para o mesmo caso, o termo "vibrante" (o que permite supor que não atribuam esta última propriedade à variante em questão).²

Portanto, coloca-se um problema na descrição da pronúncia de uma forma de "r" considerada típica do dialeto caipira: um "r" retroflexo" poderá também ser um "r" vibrante?

Tal problema tem interesse para a fonética descritiva em geral: serão compatíveis, ou não, as propriedades de retroflexo e de vibrante na caracterização de um mesmo tipo de som? Devido à sua natureza genérica, a questão terá que ser examinada à luz da fonética articulatória: não se trata de verificar as propriedades de determinados dados da língua portuguesa, mediante observação cuidadosa ou através da investigação instrumental; trata-se, antes, das relações possíveis entre dois processos articulatórios: a retroflexão e a vibração.

No que se refere à produção de vibrantes, os conhecimentos da fonética articulatória (confirmados pela investigação experimental ou instrumental) revelam que as diversas espécies de vibrante são produzidas pela passagem do sopro fônico através de um canal de tal forma restrito que a pressão da corrente de ar provoque um movimento vibratório no órgão mole ou distenso que se encontra no carinho (ou como parte das paredes do referido canal, ou como obstáculo parcial), seja esse órgão a língua, a úvula ou os lábios. Verifica-se que a vibração auditivamente perceptível não se produz por nenhum movimento controlado, exercido pelo sistema neuromuscular, uma vez que tais movimentos são incapazes de alcançar uma frequência de alternância entre caradas de compressão e de rarefação suficientemente elevada para ser percebida pelo ouvido humano.³ O controle neuromuscular do movimento dos órgãos do aparelho fonador não só é incapaz de produzir, por si só, a vibração que caracteriza as "vibrantes", mas a própria tensão muscular necessária para movimentos controlados (em contraste com movimentos "balísticos") é incompatível com o estado relaxado ou distenso necessário para a vibração do respectivo órgão, quaisquer que sejam as condições aerodinâmicas do sopro fônico na passagem pelo canal de abrimto reduzido.⁴

Quanto ao caso do "r retroflexo", a respectiva posição da ponta da língua ("virada para cima", na descrição de A. Amaral) exige controle neuromuscular, o que resulta num estado de tensão incompatível com as condições em que ocorre a oscilação vibratória livre, tais como descritas acima. Em suma, de modo geral, os sons retroflexos não admitem vibração da própria ponta da língua. Sendo assim, contanto que a classificação do "r caipira" (ou de outro tipo de som) como retroflexo seja correta, o mesmo não pode ser também vibrante (apical).⁵ Falta determinar, no entanto, se a caracterização como "retroflexo" se aplica ao "r caipira" em todas as suas realizações típicas.⁶

1.3. O caráter "guturalizado".

Merece um comentário especial o uso do termo "guturalizado" na descrição do "r caipira". Além de A. Amaral, há outros que empregam, em trabalhos mais recentes, o mesmo termo (p. ex., S. Elia 1975:196), embora falte a tal classificação o grau de precisão que os foneticistas normalmente exigem. O sentido comum de "gutural" ou "guturalizado" é simplesmente "na garganta" -- a qual abrange diversas áreas distinguidas como "pontos de articulação" na classificação fonética de caráter mais científico.⁷ Assim sendo, não é de estranhar que termos tais como "gutural" e "guturalizado" não sejam aceitos pela Associação Fonética Internacional.

O que é mais relevante nesse caso, porém, não é se o termo utilizado na descrição faz parte da terminologia científica convencional: interessa principalmente o significado desse termo quando empregado para caracterizar o "r caipira". Em outras palavras, a que se refere o termo "gutural" ou "guturalizado" em relação a um determinado tipo de "r", considerado típico do dialeto caipira?

À primeira vista, o uso de um termo não científico pode parecer inadequado, por demasiadamente vago. No entanto, tal uso haverá de ter algum fundamento na observação -- especialmente quando empregado por um investigador de comprovada capacidade observacional, como A. Amaral. De acordo com seus significados comuns, termos como "gutural" e "guturalizado" só podem referir-se a uma articulação "na garganta"-- ou seja, uma articulação posterior, realizada pelo dorso da língua. Qual será a relação entre essa articulação "na garganta" e a articulação "retroflexa" atribuída comumente ao "r caipira"?

Em termos da produção dos respectivos tipos de som, a articulação retroflexa difere de uma articulação "gutural" quanto ao órgão móvel que se desloca: a ponta (ou ápice) da língua no caso da retroflexa, o dorso da língua no caso de um som "gutural" ou "guturalizado".

No que se refere aos seus correlatos acústicos, porém, as propriedades "retroflexo" e "guturalizado" não serão necessariamente tão diferentes quanto parecem em termos articulatórios. A articulação retroflexa apresenta um correlato acústico que se caracteriza por um abaixamento, em termos relativos, de uma faixa de frequências em que ocorre parte da concentração da energia acústica produzida na articulação. De acordo com as propriedades classificatórias propostas inicialmente por R. Jakobson, G. Fant e M. Halle (1952:31), amplamente difundidas (em português, por A. Lacerda (1960) e R. Jakobson, trad. de J. Mattoso Câmara, (1965), por exemplo) e comumente chamadas de "traços acústicos", o abaixamento de uma zona de frequências onde se concentra a energia acústica de um determinado tipo de som, por qualquer processo articulatório, constitui uma única propriedade, designada pelo termo flat em inglês, "rebaixada" e "berol" (ou "berolizada") em português.

Tal como ocorre no caso de outras características fônicas, há mais de uma forma de articulação capaz de produzir o correlato acústico da propriedade "rebaixada" ou "berolizada". Além da retroflexão da língua (a qual aumenta a cavidade anterior, abaixando dessa maneira a frequência de ressonância da mesma), o levantamento do dorso da língua figura entre os movimentos na articulação que produzem semelhante efeito (uma vez que também provoca um aumento da cavidade ressoadora anterior).

Em face do exposto, é preciso reconhecer, entre as realizações articulatórias distintas do "r caipira", duas variantes principais, acústica e auditivamente parecidas: uma consoante líquida não lateral retroflexa e uma consoante líquida não lateral dita "gutural". São semelhantes as características acústicas em que se fundamentam os respectivos efeitos auditivos, na medida em que ambas são rebaixadas ou berolizadas. Dada a semelhança, a imagem auditiva impressionista pode ser apenas uma, especialmente aos ouvidos de um observador comum, sem treinamento na fonética. Mas a diferença entre essas variantes pode ser percebida por um especialista (dialetoleto ou foneticista), ou até por um bom observador leigo.

Por outro lado, embora haja diferenças entre a produção de uma retroflexa e a de uma consoante do tipo chamado "gutural", há também algo de comum entre

suas articulações típicas: arbas representam processos de produção num sentido posterior, com realizações mais retraídas do que seriam sem a virada da ponta da língua, ou sem o levantamento do dorso. Dessa forma, tanto a consoante retroflexa como a chamada "gutural" acusam velarização: articulação num sentido posterior, em direção ao véu palatino. Por isso, arbas essas variantes do "r caipira" também podem ser designadas pelo termo comum "velarizada".

1.4. O caráter fricativo.

Há mais uma variante relativamente comum do "r caipira" que deveria ser mencionada e comentada no presente estudo. A característica principal que distingue essa variante das outras duas acima descritas (a retroflexa e a "gutural") deriva de uma articulação que produz uma turbulência no sopro fônico típica das fricativas. Nesse aspecto, assemelha-se a algumas formas do chamado "r forte", tais como a fricativa velar que ocorre em algumas variedades da língua portuguesa. No entanto, a referida realização do "r caipira" também apresenta a propriedade "rebaixada" ou "berolizada", sendo auditivamente percebida como retroflexa.⁸

Essa variante do "r caipira" foi observada por M.A. de Oliveira (1983:110), arguto estudioso de propriedades de linguagem contemporânea no Brasil, que descreve a respectiva realização como espirante palatal retroflexa, sendo que "espirante" (inglês: spirant) significa determinado tipo de fricativa.

Segundo minhas observações, com base em dados levantados principalmente em Franca (B. Head 1973), as propriedades que caracterizam a variante em questão são as de uma líquida não lateral velar retroflexa e fricativa, sendo que o ruído de turbulência (ou "fricção") resulta das condições aerodinâmicas da passagem do sopro fônico pelo canal, de abrimto reduzido, formado pela posição levantada e virada da ponta de língua. Nos dados levantados por mim, essa variante "retroflexa-fricativa" (sibilante retroflexa, ou retroflexa sibilante) ocorre com maior frequência entre informantes de condição social favorecida e de grau de instrução mais elevado do que o usual, sendo mais típica, no Estado de São Paulo, da linguagem de falantes urbanos e cultos, de origem rural, especialmente em estilos mais refletidos.⁹

2. A questão da origem do "r caipira".

O segundo problema de maior interesse em relação ao "r caipira" é a questão de sua origem. Em geral, as hipóteses decorrem de duas perspectivas que se referem a fatores externos de naturezas distintas (lingüísticos e extra-lingüísticos): influência do contato do português no Brasil com outras línguas, ou então influência do meio físico ou geográfico. Urge avaliar tais hipóteses mediante um exame crítico de seus fundamentos.

2.1. Hipóteses de origem do "r caipira" devida à influência de outras línguas sobre o português do Brasil.

No contexto de sua descrição da articulação de "r caipira" (citada no início do presente estudo), A. Amaral (1920:21) apresenta uma hipótese de origem indígena: "É, muito provavelmente, o mesmo r brando dos autóctones. Estes não possuíam o rr forte ou vibrante..." Serafim da Silva Neto também atribui essa particularidade de pronúncia típica, além de outras, às condições de contato lingüístico entre os colonizadores e os índios da região de origem do dialeto caipira. Nisso, é seguido por Sílvio Elia (1963:260), que afirma: "...esses fenômenos fonéticos particulares do dialeto caipira (r guturalizado, ...) se devem ao bilingüismo luso-tupi, a que aludiu o Prof. Serafim da Silva Neto". De modo semelhante, G. Chaves de Melo (1971:56) considera que "os antigos hábitos lingüísticos tupis de par com os africanos impressos ao Português determinaram a formação do dialeto caipira".

Por outro lado, é à influência de línguas africanas que R. Mendonça (1948:105-130) atribui diversas propriedades do dialeto caipira, inclusive algumas características do "r".

Ainda haverá outra hipótese de origem relacionada com contatos lingüísticos, segundo a qual o "r caipira" se deve à influência americana no Brasil-- não a influência contemporânea, mas ao influxo de imigrantes do sul do Estados Unidos depois da guerra civil que terminou em meados do século passado.¹⁰

Na minha opinião, padecem de várias falhas as hipóteses que atribuem esta ou aquela característica fonológica do português do Brasil a contatos com outras línguas:

- 1) Em primeiro lugar, faltam as comparações fonéticas necessárias para conhecer as relações entre as pronúncias das respectivas línguas. Não basta afirmar, em relação à questão da origem do "r caipira", que os indígenas não usavam vibrantes na sua própria língua: é necessário comparar a natureza do tipo de som, da respectiva língua indígena, que supostamente daria origem ao "r" típico do dialeto caipira, com as propriedades do próprio "r caipira".
- 2) Tais hipóteses não são suficientes para explicar a origem, mesmo que se verifique elevado grau de semelhança entre os respectivos elementos fônicos: ainda faltaria identificar os mecanismos de substituição seletiva. (É lícito perguntar, por exemplo, por que motivo teria ocorrido a substituição fônica nesse caso, mas não em outros.)

- 3) Finalmente, além de não serem suficientemente documentadas e analisadas, as hipóteses de origem devida ao contato com outras línguas são, em muitos casos, desnecessárias, uma vez que explicações plausíveis se encontram nos processos de alternância e evolução interna típicos, descritos em estudos referentes a variedades populares da língua.

Quanto à possibilidade de atribuir à influência indígena a pronúncia típica do "r caipira", tal hipótese esvazia-se perante um fato simples: é que não se encontra nenhum elemento fônico semelhante correspondente nos quadros fonológicos das línguas indígenas que tiveram maiores oportunidades de contato com a língua portuguesa no Brasil, a partir da época colonial, nem na região de origem do "dialeto caipira", nem nas áreas de difusão dessa variedade lingüística na expansão das Bandeiras.¹¹

Quanto à possibilidade de influência da língua inglesa nessa particularidade da pronúncia caipira, mais uma vez as características das variedades da língua de presumível origem desfavorecem hipóteses de evolução determinada pelo contato entre as referidas formas de linguagem. É que a grande maioria dos imigrantes americanos que vieram ao Brasil depois da guerra civil americana (1861-65) era do sul dos Estados Unidos -- justamente de regiões lingüísticas não caracterizadas pela pronúncia retroflexa do "r" da língua inglesa. Aliás, a localidade onde os imigrantes americanos para o Estado de São Paulo se concentraram principalmente -- atualmente o município de Americana -- não se caracteriza pela pronúncia típica do "r caipira". Além disso, nas outras regiões para onde imigraram elevados números de americanos na mesma época (por exemplo, no Estado do Pará), não se encontra a pronúncia típica do "r retroflexo".

2.2. Influência do meio geográfico.

Merece menção e comentário outra hipótese: a da influência do meio geográfico, especialmente do clima, nas propriedades típicas de pronúncia. Embora não seja comum, hoje em dia, encontrar autores que procurem explicar características lingüísticas em termos da influência do meio físico, ainda persiste uma certa tendência nesse sentido. Por exemplo, ao comentar várias diferenças dialetais que se encontram na língua portuguesa, o gramático J. Marques da Cruz (1943:474-481) recorre frequentemente às diferenças de clima na tentativa de explicar propriedades de variedades regionais. Afirma, por exemplo, que "... do trópico de Capricórnio para cima (de São Paulo para cima)... o calor intenso da zona tórrida... faz desaparecer o r final das palavras (... passêé, doutô)..." (p. 475). Trata-se de uma das propriedades fonológicas do "r caipira" observadas também por outros que estudaram o dialeto em questão (p. ex., A. Amaral 1920:28).

Para quem considere tais fatores (os aspectos do meio físico) como cau-

sas de características lingüísticas, pouca-- ou nenhuma-- diferença faz evocá-las no intuito de explicar esta ou aquela propriedade da variedade lingüística que se usa no respectivo meio. Embora o autor citado não se refira explicitamente à pronúncia do "r caipira", o fato de evocar o clima como suposta causa de uma das características desse elemento do dialeto caipira, estabelece o precedente que permitiria usar semelhante critério para "explicar" outras características do mesmo dialeto, inclusive a referida pronúncia.¹²

Sem discutir de forma mais extensa uma perspectiva pouco comum hoje em dia, cumpre-me apenas observar que o clima nunca poderia ser aceito, logicamente, como causa suficiente para dar conta de alguma propriedade de pronúncia, a não ser que a referida propriedade se encontrasse sempre nas mesmas condições climatológicas, e só nelas. Tal não é o caso, evidentemente, das propriedades do "r caipira" -- nem da pronúncia típica, nem de suas outras propriedades. (De modo geral, não se conhece nenhum caso de pronúncia, em língua alguma, que possa ser explicada, de forma satisfatória, pela influência do clima no respectivo meio.)¹³

2.3. Uma nova hipótese: o "r caipira" como resultado de um processo interno.

Baseiam-se em fatores externos as hipóteses referentes à origem do "r caipira" consideradas até agora no presente estudo. Por não ser convincente nenhuma das explicações examinadas anteriormente, torna-se necessário buscar informações que possam servir para fundamentar outra hipótese, mais plausível. Uma vez que as hipóteses refutadas se referem a fatores externos, podem ser especialmente relevantes dados de outra natureza -- principalmente sobre características internas do português.¹⁴

2.3.1. Dados congêneres do português europeu ou de outras línguas românicas.

Ao examinar diversos casos de hipóteses que atribuem à influência indígena ou africana determinadas características do português do Brasil, G. Chaves de Melo (1971) refuta-os, sistematicamente, com base em dados dos dialetos do português europeu ou em evoluções encontradas em uma ou outra língua neo-latina ou no próprio latim. São relevantes arbas as fontes de dados: propriedades congêneres em outras variedades da língua podem servir como fundamento para uma hipótese (entre outras) de transmissão, ao português do Brasil, de características dos dialetos dos colonizadores, ou dos de imigrantes de épocas posteriores; evoluções semelhantes em línguas geneticamente relacionadas com o português, podem revelar tendências inerentes de mudança, extensivas a esta língua. Portanto, informações dessas duas naturezas deverão ser levadas em conta no estudo de qualquer caso de evolução relacionada com propriedades que caracterizam o português do Brasil.

No que se refere ao "r caipira", não encontro dados semelhantes, nem no português europeu nem nas evoluções da língua latina e das línguas românicas, que me pareçam poder esclarecer diretamente a origem da pronúncia típica dessa propriedade

do dialeto caipira. Por um lado, os principais materiais referentes ao quadro geral dos dialetos de Portugal, tais como o Atlas Lingüístico de la Península Ibérica (ALPI 1962) e o "Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental" (Boléo e Silva 1962) não registram nenhuma ocorrência de "r retroflexo", nem de outro tipo de "r" cuja descrição fonética aparente semelhança maior com a pronúncia típica do "r caipira". Por outro lado, não encontro na história do latim e das línguas românicas nenhuma evolução que me pareça esclarecer, só por si, o caso da origem dessa propriedade do dialeto caipira.¹⁵

2.3.2. O "r caipira" em relação a outras propriedades da língua portuguesa no Brasil.

Como não se encontram dados referentes a outro caso de "r" especialmente parecido ao "r caipira", nem em outras variedades da língua portuguesa, nem na história da evolução do latim e das línguas românicas em geral, que pareçam revelar a origem dessa propriedade do dialeto caipira, um próximo passo na busca de uma explicação com base em dados lingüísticos "internos" (do português, ou então de outras línguas geneticamente relacionadas) seria o de ampliar o âmbito das informações a serem consideradas. Tal perspectiva admitiria a possibilidade de uma origem devida a propriedades ou processos da língua que não incidam necessariamente só nesse elemento; antes, poderão incidir num domínio maior, envolvendo um elemento ou mais, além do próprio "r".

Na fonologia portuguesa, verifica-se que, em muitos aspectos, o "r" (vibrante simples) e o "l" (lateral não palatal) acusam relações de semelhança. Portanto, é no domínio desse pequeno conjunto de elementos interrelacionados que se deve iniciar a busca de informações, de âmbito maior, que possam esclarecer a questão da origem do "r caipira". São relevantes todos os processos ou propriedades comuns entre /r/ e /l/.

As descrições da fonologia portuguesa elaboradas segundo perspectivas estruturalistas, e que se referem tipicamente a variedades (cultas, em geral) dos principais centros urbanos (tais como Lisboa, Rio de Janeiro e São Paulo), apontam várias propriedades comuns entre os fonemas /r/ e /l/, quer de natureza paradigmática, quer de natureza sintagmática.¹⁶ No paradigma ou quadro geral dos fonemas, /r/ e /l/ ocupam lugares muito próximos, compondo assim um pequeno conjunto ou sub-paradigma: o das líquidas (isto é, sonantes não nasais) apicais (ou "anteriores"). Em termos sintagmáticos, há propriedades "fonotáticas" em comum: por um lado, /r/ e /l/ são os únicos fonemas que ocorrem como segundo membro de grupo de consoantes em posição inicial de sílaba; por outro, fazem parte de um pequeno conjunto de consoantes que são passíveis de ocorrência em posição final de sílaba interna e em posição final de palavra.

Em formas de linguagem rurais e populares, /r/ e /l/ também acusam se-

melhanças entre si, quer por algumas das propriedades já mencionadas, quer por outras de natureza sincrônica ou diacrônica. Conforme a variedade, são os únicos fonemas a sofrerem, em determinados contextos, "vocalização" (no sentido de passarem a vogais assilábicas), a participarem (junto com /s/, ou não) de "queda" (eliminação) em final de palavra, e a manifestarem alternância entre si como segundo membro de grupo de consoantes e/ou em posição final de sílaba.¹⁷

Creio ser suficiente mencionar as propriedades acima citadas para estabelecer a noção de que, em termos de suas propriedades estruturais em comum, /r/ e /l/ se juntam numa pequena classe (ou sub-paradigma). Segundo conceitos fonológicos modernos, /r/ e /l/ formam uma "classe natural", cuja caracterização é bastante simples, quer nos termos tradicionais da fonética, quer em termos de propriedades distintivas. Por exemplos, B. Abaurre (1973) atribui aos fonemas /r/ e /l/ os traços distintivos de [+sonorante, +consonantal, -nasal]. Em termos mais tradicionais da descrição fonética, ambos são "líquidas (ou, sonantes não nasais) apicais".

Em face de (1) a relação entre /r/ e /l/ como membros exclusivos de uma mesma classe, quer pelas propriedades fônicas em comum, quer pela participação em conjunto de vários processos de alternância e condições de ocorrência, (2) a descrição detalhada das características fonéticas das diversas realizações do /r/ no dialeto caipira, abre-se uma perspectiva para explicar, sem recorrer a outros elementos, a origem da pronúncia típica do "r caipira": em termos gerais, seria a participação de /r/, junto com /l/, de algum processo de alternância e evolução com esse resultado dentro da respectiva variedade do português do Brasil. Segue-se uma nova hipótese, nesse sentido.

2.3.3. Uma regra geral na evolução das consoantes líquidas.

O processo de variação e mudança comum entre /r/ e /l/ que, em determinados contextos, teria dado origem à pronúncia típica do "r caipira", abrange alternâncias paralelas, bem conhecidas, mas, que eu saiba, não associadas em nenhum trabalho de lingüística histórica anterior sobre o português do Brasil. Por um lado, trata-se de uma alternância atribuída freqüentemente à lateral não palatal: a "velarização". Essa propriedade de determinadas realizações de /l/ está amplamente documentada em diversas variedades do português; além disso, é objeto de análise fonológica em alguns estudos.¹⁸ É tão conhecida essa variante de /l/ que sua descrição fonética e simbolização se incluem comumente nos sistemas de transcrição fonética elaborados tanto em Portugal como no Brasil.¹⁹

São relevantes à sua relação com variantes de /r/ as condições em que ocorre o "l velarizado", assim como a natureza de suas características fonéticas. Os contextos lingüísticos (ambientes fonológicos) em que ocorrem tipicamente as realizações velarizadas (ou, simplesmente, as variantes velares), são dois: final de sílaba interna e final da palavra. A articulação consiste num levantamento, de maior ou me-

nor grau, do dorso da língua na direção do véu palatino (palato mole). Em comparação com a produção da lateral épico-alveolar, a articulação velarizada resulta num abaixamento das freqüências reforçadas pela ressonância seletiva da cavidade anterior do aparelho fonador: o efeito auditivo corresponde ao correlato acústico da propriedade distintiva "berol" ("berolizado") ou "rebaixado" (inglês: flat).

Observa-se que o processo articulatorio que caracteriza a velarização de /l/ apresenta grande semelhança com as articulações retroflexa e "gutural" atribuídas ao "r" típico do dialeto caipira. De acordo com a descrição apresentada acima (1.1 e 1.3), as articulações que produzem o "r caipira" resultam em efeitos acústicos e auditivos bastante parecidos com as propriedades correspondentes do "l velar": ambas produzem um aumento da cavidade anterior, o que provoca um abaixamento da zona de freqüências (ou do formante) que corresponde a essa cavidade. Observa-se, além disso, que os contextos lingüísticos (ambientes fonológicos) mais típicos de "r caipira" são os mesmos em que se manifesta comumente o "l velar" nas variedades em que este ocorre: final de sílaba interna e final de palavra.²⁰

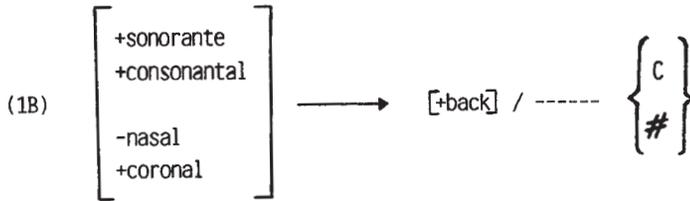
Com base nessas propriedades comuns entre /r/ e /l/, pode-se formular uma regra geral da alternância e evolução das consoantes líquidas: a lateral não palatal e a vibrante simples são velarizadas em posição final de sílaba, tanto interna como final de palavra.

A regra que representa o referido processo de modificação comum entre /r/ e /l/ pode ser representada formalmente de diversas maneiras, dependendo tanto dos critérios de classificação adotados, como do tratamento da relação entre as líquidas /r l/ e os demais fonemas da respectiva variedade da língua portuguesa.

Segundo as propriedades propostas por Jakobson, Fant e Halle (op.cit.), e considerando que os fonemas /r l/ se distinguem de dois outros fonemas sonantes não nasais, /R K/, em termos da distinção compacto/difuso ([+ compacto]/[-compacto]), representa-se o processo de alternância em questão pela regra seguinte:

$$(1A) \quad \left[\begin{array}{l} +\text{consonântico} \\ +\text{vocálico} \\ -\text{nasal} \\ -\text{compacto} \end{array} \right] \longrightarrow [+rebaixado] / \text{-----} \left\{ \begin{array}{l} C \\ \# \end{array} \right\}$$

Por outro lado, também se pode considerar que /l/ e /r/ são as únicas consoantes líquidas (ou, sonantes não nasais) que constituam segmentos fonêmicos, de acordo com E. Pontes (1972:17), B. Abaurre (1973:69) e, em parte, J. Mattoso Câmara (1953:97-110).²¹ Com base em tal tratamento do paradigma de oposições fonológicas, e segundo as propriedades adotadas por Chomsky e Halle (op.cit., 293-329, esp. 307), formula-se a regra seguinte:²²



Embora sejam diferentes os termos das regras formais (1A) e (1B), que representam as alternâncias e mudanças de /r/ e /l/, consideradas paralelas no presente estudo, ambas as regras fundamentar-se no reconhecimento de uma propriedade comum entre as respectivas variantes ("r retroflexo" e "l velar", na denominação frequentemente usada) -- seja essa propriedade designada por "rebaixada", por "back" ("recuada") ou por outro nome.²³

2.3.4. Alternâncias congêneres no mesmo domínio lingüístico.

Se, por um lado, a identificação de alguma propriedade em comum entre as variantes "r retroflexo" (ou, "r caipira", "r gutural", etc.) e "l velar" (ou "l velarizado", "l gutural", etc.) permite encarar o problema da origem da pronúncia típica do "r" no dialeto caipira em termos de um processo geral de alternância e mudança de certas consoantes, é necessário, por outro lado, reconhecer que não coincidem os domínios geográficos e sociais das variantes associadas na mesma regra geral referente às líquidas (sonantes não nasais) pós-vocálicas.

O "r retroflexo" é conhecido e documentado como variante típica de uma variedade do português do Brasil; não encontro referências a variantes parecidas na linguagem popular de Portugal (o que não quer dizer que não possa ocorrer também nalgumas variedades do português europeu quer ocasionalmente, quer nalgum falar menos conhecido ou mal documentado). Em contrapartida, o "l velar" é mais típico de variedades do português de Portugal do que de variedades brasileiras.

Quanto ao domínio social, o "r retroflexo" é típico da pronúncia de falantes incultos de certos meios rurais no Brasil-- sendo, por isso, uma variante estigmatizada, especialmente nas reações de falantes cultos dos meios urbanos.²⁴ Em contraste, o "l velar" é de uso praticamente geral em Portugal; não parece caracterizar especialmente o uso típico de nenhuma classe ou meio social, não sendo, portanto, uma variante socialmente marcada.

Uma vez que o "r retroflexo" é reconhecido como variante típica de algumas formas da língua portuguesa no Brasil, pelo menos em alguns trabalhos, haverá todo o interesse em determinar (1) qual a sua extensão geográfica, e (2) qual a relação entre a realização retroflexa e outros processos de alternância que caracterizam o português do Brasil, sobretudo nas mesmas regiões e nos mesmos domínios sociais onde se encontra a referida variante "retroflexa".

Devido à falta de documentação extensa sobre a linguagem popular em todo o território nacional, torna-se difícil determinar qual a extensão geográfica de

qualquer propriedade lingüística típica dessa forma da língua. No entanto, há diversas fontes de informações que podem ser utilizadas para abordar a questão da extensão geográfica do "r retroflexo". De modo geral, as informações colhidas desses trabalhos conduzem à conclusão de que não se confirmou, até hoje, a previsão de A. Amaral (op. cit., p. 13): "Este [o dialecto caipira] acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve".

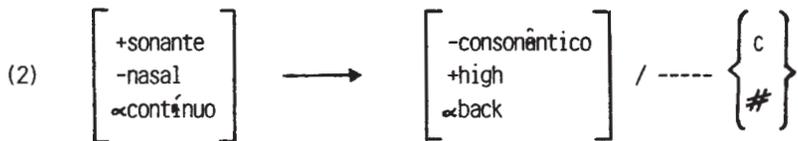
Num estudo anterior (B. Head 1978), procurei utilizar diversos trabalhos, de vários autores, referentes à linguagem popular rural, para identificar melhor os contextos lingüísticos (estruturais) e geográficos em que ocorre o "r caipira". Com base nos materiais do Atlas Prévio dos Falares Baianos, foi possível, nesse estudo, identificar uma região extensa na Bahia (todo o sul do Estado, ao leste do Rio São Francisco) onde se comprova, com documentação extensa e segura, o uso de algum tipo de "r retroflexo" entre falantes de linguagem popular rural.²⁵ Em outros trabalhos, a ocorrência do "r retroflexo" está documentada na linguagem popular do interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás.²⁶ Parece evidente que o ponto de irradiação do dialeto caipira em geral, e da pronúncia típica do "r" em particular, teria sido São Paulo, de onde partiram os bandeirantes, levando a língua portuguesa a outras regiões da colônia (v. nota 27 infra).

A configuração da área onde se registram, nas cartas do APFB, ocorrências de tipos de "r retroflexo" apresenta duas saliências, que se projetam em direção ao norte, uma pelo litoral e a outra pelo Rio São Francisco. Essas formas sugerem uma possível extensão da área da referida propriedade da linguagem popular rural. Na ocasião em que elaborei a carta mostrando a delimitação da área do "r retroflexo" no Estado da Bahia (B. Head 1978:32), não dispunha de documentação suficiente para avaliar qualquer hipótese nesse sentido. Assim, o trabalho anterior demonstra a ocorrência do "r retroflexo" na linguagem popular de uma região meridional do Estado da Bahia, sem procurar determinar se tal região se estende mais para o norte, além da área identificada com base nos dados do Atlas Prévio dos Falares Baianos (N. Rossi et al., 1963).

No momento presente (quase uma década depois do estudo anterior), pode-se identificar, com segurança, uma região maior caracterizada pela ocorrência do "r retroflexo" na linguagem popular rural. A identificação dessa área maior fundamenta-se em dados colhidos das publicações de dois importantes projetos de geografia lingüística: o Atlas Lingüístico da Paraíba (2 v., 1984), e o Atlas Lingüístico de Sergipe (no prelo, com publicação prevista em 1987). Com base nesses materiais e nos dados do APFB e do Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais, é possível não só determinar a área de ocorrência do "r retroflexo" dentro da região dos quatro estados abrangidos pelos diversos projetos de geografia lingüística (Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Paraíba), mas também obter uma idéia aproximada da sua relativa frequência de ocorrência, entre os informantes dos diversos levantamentos, das variantes que se filiam à pronúncia típica do "r caipira" e que demonstram a difusão de propriedades do respectivo dialeto.²⁷

Na linguagem popular da grande área onde se encontram, com maior ou menor frequência, realização do "r retroflexo" e variantes afins, que demonstram a difusão de propriedades típicas do dialeto caipira, há outras alternâncias de que participam juntos os fonemas /r/ e /l/: a vocalização (isto é, transformação em vogais assilábicas, ou "semivogais") e a queda (ou "absorção") -- processos esses que, tal como a retroflexão ou a velarização em geral, se manifestam em posição final da sílaba. Por envolverem as mesmas unidades fonológicas, e por ocorrerem em contextos idênticos, tais processos deverão ser analisados em relação ao processo geral aqui identificado, representado pelas regras (1A) e (1B).

Conforme a variedade da língua, as sonantes líquidas /l/ e /r/ são substituídas pelas vogais assilábicas [ɰ] e [ɰ̃], respectivamente. Por exemplo, J. Mattoso Câmara (1970:41) refere-se a um "/w/ assilábico", no lugar de "/l/ posvocálico": "... mal torna-se homônimo de mau, vil, de viu e assim por diante". Mais típica da linguagem popular é a substituição do "r" por "i": coigo, além de corgo, como variante de córrego, vocalização essa especialmente comum "depois da passagem do l a r...descurpa e descuipa de desculpa; ama e aima de alma; ...armoço e aimoço de almoço (exemplos de M. Marroquim 1945:79). Embora típicas de variedades diferentes, ambas as alternâncias podem ser vistas como manifestações de processos representados por uma mesma regra, tal como a seguinte:

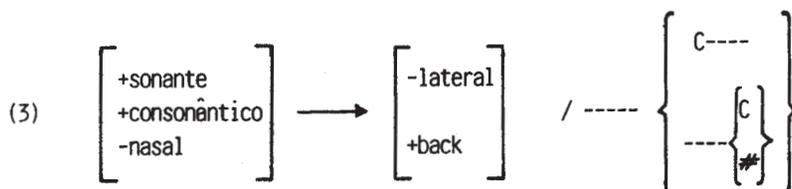


(Os termos high e back, do inglês, correspondem a "alto" e "recuado" em português.)

A regra aplica-se aos membros do conjunto /r l/, tratados como as únicas consoantes líquidas (sonantes não nasais) com valor fonêmico. A distinção entre /l/ e /r/ em termos da propriedade contínuo/interrupto aplica-se aos segmentos subjacentes (portanto, a um "r" tido como vibrante simples), independente de outras realizações superficiais. Outra opção na formulação dessa regra seria de recorrer à propriedade "lateral", em vez de "contínuo", o que não muda os demais termos, nem a formulação geral da regra.

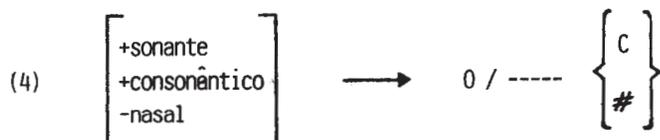
Segundo Leite de Vasconcellos (1901:159), a passagem da lateral /l/ para semivogal posterior [ɰ] processa-se com uma fase intermediária na qual [l] se transforma em [r]. Essa noção é contestada por Nascentes (1953:48). Por outro lado, a passagem de [l] para [r], e depois para [ɰ̃], em formas de linguagem popular de Pernambuco e Alagoas, é atestado por M. Marroquim (op.cit. 29-33, 78-80) e F. Rodrigues (1974:42). De qualquer forma, a neutralização entre /l/ e /r/, em favor deste, é comum em algumas variedades de linguagem popular, em dois contextos fonológicos: como segundo membro de grupo de consoantes em inicial de sílaba, e em final de sílaba (interna ou final). Esse processo de neutralização pode ser representado pela seguinte

regra:



Inclui-se a propriedade "+back" (recuado) para dar conta dos casos, aliás bastante comuns nalgumas variedades (como, por exemplo, o "dialecto caipira"), em que a oposição neutralizada se realiza por um "r" velarizado (retroflexo ou "gutural").

O caso da queda (ou "absorção") de "r" e "l" em final de sílaba representa-se pela regra seguinte:



Em suma, é bastante simples o processo em que se enquadra a alternância que dá origem à pronúncia típica do "r caipira" (regras 1A e 1B, acima). Esse processo, que incide nas sonantes não nasais, ou líquidas, está relacionado com outras alternâncias que envolvem as mesmas unidades fonológicas: a vocalização (passagem a vogais assilábicas, ou "semivogais", regra 2), a neutralização em favor de /r/ (troca do "l" por "r", regra 3) e a eliminação ou "queda" (absorção, regra 4).

Visto que representam variações no sentido de articulações mais retraídas, tanto no caso da retroflexão do /r/ (e outras realizações afins), como no caso da velarização do /l/, as alternâncias que o presente estudo trata como manifestações diferentes de um mesmo processo, estão de acordo com uma tendência geral da língua portuguesa, na sua fase moderna, a partir do século XVI, que se verifica também no caso de "s e z implosivos" e do "r forte".²⁸

3. Conclusões e perspectivas para estudo futuro.

3.1. Conclusões.

3.1.1. Semelhança fonética entre o "r caipira" e a variante velarizada da lateral /l/.

O presente estudo procura determinar o que há de comum entre as variantes do "r caipira" descritas em vários trabalhos, não raramente com terminologias di-

vergentes. Verifica-se que as diversas realizações desse elemento do dialeto caipira apresentar propriedades comuns, seja "retroflexa" ou seja "gutural" a realização. Em termos de seus respectivos correlatos acústicos, são semelhantes os resultados da articulação "retroflexa", com a ponta da língua virada para cima, e a chamada "gutural", com levantamento do dorso da língua: ambas produzem um aumento relativo da cavidade anterior, de forma que reduzem sua frequência natural como cavidade ressoadora durante a fonação. Visto que as referidas articulações são retraídas, em comparação com o ponto de articulação de uma vibrante apical, pode-se considerar que ambas representam uma forma de "velarização". De acordo com a doutrina das propriedades distintivas, observa-se que as realizações diferentes do "r caipira" são "rebaixadas" (ing. flat).

Através de um exame de descrições das variantes da lateral /l/, em posição final de sílaba, verifica-se que as realizações de tipo "velar" ou "velarização" também apresentam a característica "rebaixada".

Assim, o presente estudo mostra que diversas realizações do "r caipira" -- tanto a retroflexa como a chamada "gutural" -- assim como o /l/ "velar" ou "velarizado" manifestam propriedades em comum. Perante a terminologia pouco uniforme, e às vezes pouco precisa, que caracteriza as descrições dessas variantes, o presente estudo favorece o uso de algum termo geral, que represente o que há de semelhante entre as diversas variantes. Levado em conta o correlato acústico, tanto o termo "rebaixada" (inglês, flat) como "berol" servem para designar a respectiva propriedade distintiva; segundo a terminologia articulatória tradicional, tanto o termo "velarizada" como "recuada" servem para designar a posição retraída da língua, que é comum entre as referidas variantes.

3.1.2. Origem do "r caipira": produto de um processo de variação e mudança que abrange /r/ e /l/.

As variantes velarizadas (ou recuadas e rebaixadas) de /l/ e /r/ ocorrem tipicamente em posição final de sílaba. Em face do caráter comum, tanto na natureza da alternância fonética (articulatória e acústica) como no contexto fonológico mais característico, o presente estudo propõe considerar a origem de "r caipira" como resultado de um processo de variação e mudança que abrange as consoantes líquidas anteriores (ou apicais). Essa nova hipótese difere da maneira mais comum de encarar a questão da origem dessa propriedade do dialeto caipira, típica de tratados gerais sobre a língua portuguesa no Brasil: freqüentemente, a origem do "r caipira" têm sido atribuída à influência de outras línguas no contato com o português, embora sem explicação do processo pelo qual a mudança teria ocorrido.

3.2. Perspectivas para estudo futuro.

A finalidade desta secção é de assinalar alguns aspectos do presente estudo que são levantados ou sugeridos pelo tema, sem serem aprofundados neste traba-

lho. Na minha opinião, são tópicos que merecem mais atenção, em estudos futuros.

3.2.1. Natureza fonética da evolução do "r caipira".

Em face da diferença entre a pronúncia típica do "r caipira", que se realiza freqüentemente como sonante não nasal retroflexa, e a articulação da vibrante simples que teria dado origem a essa variante, pergunta-se quais teriam sido as diversas etapas na transformação desta naquela. De acordo com as noções de P. Ladefoged (1971:55-56) parece provável, como processo geral, a seguinte progressão: vibrante, tap, flap, sonante retroflexa, sonante "gutural". A questão das fases na evolução do "r caipira", como propriedade de uma variedade da língua portuguesa no Brasil, poderá ser esclarecida por pesquisas de fonética instrumental sobre as diversas realizações do "r forte" e do "r brando", especialmente na região do dialeto caipira.

3.2.2. Delimitação da correspondência fonética e contextual entre variantes "velarizadas" de /r/ e /l/.

Faltam dados de análise instrumental, em laboratório de fonética, sobre a natureza mais exata das semelhanças e diferenças articulatórias, acústicas e auditivas entre as variantes "velarizadas" (ou rebaixadas) de /r/ e /l/. Pesquisas nesse sentido poderiam também ajudar a esclarecer a questão das diferenças de grau manifestadas nos processos articulatórios que caracterizam as alternâncias sob estudo (tais como a virada da ponta da língua para cima, a retração do levantamento da língua, a aproximação do dorso ao palato mole).

No presente trabalho, destaca-se a ocorrência de variantes de /r/ e /l/ em posição final de sílaba, que parece ser o contexto que mais favorece as alternâncias aqui tratadas como paralelas (cf. B. Head 1978:25-29). No entanto, outros trabalhos indicam que o "r caipira" ocorre em outros contextos, pelo menos em determinadas variedades: posição intervocálica (A. Amaral op.cit., p. 21; A.N. Rodrigues op.cit., págs. 186-198) e como segundo membro de grupo de consoantes em posição inicial de sílaba (A.N. Rodrigues, idem.). Por outro lado, embora a lateral velarizada seja muito freqüente em final de sílaba, nas variedades em que essa variante se manifesta sua ocorrência não se restringe a tal contexto: G. Viana (1883:21) observa, por exemplo, que alguns falantes de Lisboa realizam uma lateral velarizada (que o autor chama de l gutturalizé) também em posição intervocálica.

Falta estudar as freqüências dessas variantes nos diversos contextos em que elas ocorrem. Ao mesmo tempo, é preciso determinar quais as diferenças de grau na alternância que se manifestam de um contexto para outro, ou dentro de cada contexto, no caso das variantes das arbas as consoantes líquidas.

As diferenças entre as variantes correspondentes (velarizadas e rebaixadas) de /r/ e /l/ no que se refere aos contextos em que ocorrem, as freqüências em

cada contexto, e aos graus de modificação na respectiva alternância, têm implicações relevantes à formulação das regras que representam os processos comuns a /r/ e /l/, tais como as regras (1A) a (4) do presente trabalho. Até que ponto, e de que forma será lícito agrupar num mesmo processo casos de alternância que acusam tais diferenças entre si? Por outro lado, quais as implicações dessas diferenças no que se refere às fases nas respectivas mudanças?

Tais questões não poderão ser resolvidas no presente estudo, mas ficam aqui registradas como possíveis perspectivas para a investigação futura.

3.2.3. A evolução das líquidas e outros processos.

O presente trabalho menciona uma possível relação entre o processo de evolução das líquidas, na língua portuguesa, que teria dado origem à pronúncia típica do "r caipira" (segundo a hipótese aqui apresentada) e alguns outros casos de variação e mudança no sentido de realizações mais retraiadas, como, por exemplo, o surgimento da pronúncia dita "chiente" (como fricativa palatal) das sibilantes em final de sílaba e a realização uvular do "r forte". A noção de haver alguma tendência geral nesse sentido deverá ser examinada à luz de outros casos de evolução, quer na língua portuguesa, quer nas outras línguas românicas. Qualquer hipótese quanto às possíveis relações entre o processo de variação e mudança comum às líquidas, apresentado neste trabalho, e outros processos históricos, dependerá de um levantamento e análise das mudanças que apresentam semelhança com o referido caso.

Quanto ao domínio geográfico da pronúncia típica do "r caipira", haverá interesse em procurar determinar por que o "r retroflexo" e outras variantes afins teriam surgido no Brasil, mas não em Portugal. No momento presente, só posso esboçar uma idéia muito incipiente a esse respeito. Como resultado de um processo de variação e mudança comum às líquidas, a realização retroflexa representa, aparentemente, uma forma bastante evoluída da respectiva alternância. Assim sendo, a evolução que se deu no Brasil, nesse caso, estará de acordo com outros casos de processos de variação e mudança em que o grau mais elevado, ou o âmbito mais amplo, da respectiva alternância é típica de alguma variedade do português do Brasil. Em certo sentido (quer pelo grau fonético, quer pela extensão do âmbito), algo semelhante manifesta-se em outros casos: na nasalização, na palatalização, no acento de intensidade, entre outros.²⁹ Dessa forma, parece que, uma vez iniciado um processo de variação e mudança, é relativamente comum que a realização de grau mais elevado ou de âmbito mais extenso se manifeste no português do Brasil. Evidentemente, essa noção (que tal chega a ser uma hipótese) deverá ser avaliada com base em dados de diversos casos: só assim poderá vir a ser devidamente refutada, confirmada ou modificada. Por agora, constitui apenas mais um possível tema para estudo futuro.

NOTAS

1. A partir da segunda (São Paulo: Editora Anherbi, 1955) as edições do Dialeto Caipira oferecem a vantagem de incluírem um ensaio introdutório, da autoria de Paulo Duarte, sobre "Dialeto caipira e língua brasileira" (pp. 7-40), sendo que a terceira e a quarta (São Paulo: HUCITEC/Brasília: INL, 1976 e 1981 [1982] são reproduções fac-similadas da segunda. Alguns trabalhos posteriores ao estudo pioneiro de A. Amaral constituem valiosas contribuições ao conhecimento do dialeto caipira no Estado de São Paulo. Cito três, de maior ou menor importância conforme o interesse do estudioso: S. Bueno (1958), G. Istre (1971) e A.N. Rodrigues (1974). Infelizmente, o modelo descritivo adotado neste último dificulta -- e nalguns aspectos, até impossibilita -- comparações com os processos de alternância e mudança observados nos estudos anteriores.
2. Por exemplo, o sistema de transcrição do projeto Censo da Variação Linguística no Estado do Rio de Janeiro faz referência ao "r retroflexo", como exemplo de um tipo de som para o qual não emprega nenhum símbolo convencionado (Projeto 1983:7).
3. A esse respeito, v. R.-M. Heffner (1950:136); P. Ladefoged (1975:148-9). Em face do que Heffner diz sobre a articulação das vibrantes, parece paradoxal sua afirmação (p. 136) de que é "less difficult than might be supposed" ("menos difícil do que talvez se suponha") a realização de uma vibrante com a articulação seguinte (segundo a descrição feita pelo mesmo autor): com a ponta, e o lado inferior da ponta, contra o palato duro logo atrás dos alvéolos, na região palatal. (Tratar-se-ia, evidentemente, de uma "vibrante" retroflexa.) Tal paradoxo aparente deve-se ao uso de um mesmo termo ("vibrante") para designar articulações distintas. Os exemplos dados pelo próprio Heffner, para confirmar a afirmação citada, demonstram o uso ambíguo do termo: todos ("a flapped retroflex...", "a rolled retroflex...", "a strong flap") referem-se a "vibrantes" realizadas através de movimentos sob controle neuromuscular, e não mediante a oscilação livre típica das vibrantes propriamente ditas (a qual ocorre, repito, só no caso de estar em estado distenso o órgão móvel, em determinadas condições aerodinâmicas na emissão do sopro fônico através de um canal de abrimto reduzido). Ladefoged (1971:50-51) esclarece bem as diferenças articulatórias entre três tipos de "r" -- trill, tap e flap, na terminologia fonética do inglês -- frequentemente incluídos numa mesma categoria sob a denominação de vibrant (mas não tratados assim na classificação do próprio Ladefoged). Verifica-se que a terminologia fonética comum na língua portuguesa emprega o termo "vibrante" para indicar todos esses tipos distintos - e até outros com articulações mais diferenciadas ainda (v. nota 6, infra). Segundo Ladefoged (ibid.), referente aos três tipos mencionados, o tap e o flap são produzidos através de contrações musculares, o flap retroflexo é co-

rum nas línguas indo-europeias, e o trill (vibrante, propriamente dita) e o tap (literalmente, "batidinha") distinguem-se bastante, um do outro, em termos fisiológicos (ou, articulatórios), embora nem tanto auditivamente. (V. seção 3.2.1, onde procuro aproveitar, para esclarecer alguns aspectos das evoluções do "r" em português, a caracterização dos diversos tipos -- trill, tap, flap -- feita por Ladefoged.)

4. Sobre os tipos de movimento muscular (o controlado e o balístico), e as condições articulatórias na realização das vibrantes, v. H. Sweet (1970:33-34), K. Pike (1943:146), R.-M. Heffner (1950:38-39, 46); P. Ladefoged (1975:148); A. Lacerda (1960:156-162). Na descrição da vibrante apical (point-trill, na terminologia do referido autor), H. Sweet (op.cit., 49-50) afirma: "The fore part of the tongue must not be stiffened, or the trill is impossible" (isto é, a parte anterior da língua não pode ficar rígida, porque assim a vibração se torna impossível).
5. Devido ao estado de tensão da ponta da língua quando virada para cima, a articulação retroflexa impede, evidentemente, que haja vibração do referido órgão durante tal articulação. No entanto, pode-se indagar se, durante a articulação retroflexa, não será possível realizar vibração da úvula, uma vez que a tensão desta independe da posição ou do estado de tensão da ponta da língua. A meu ver, o impedimento maior está na dificuldade de ocorrerem as condições aerodinâmicas necessárias na passagem entre o dorso da língua e o palato mole, cuja extremidade é a úvula. Afinal, na articulação retroflexa, a abertura na parte anterior da boca --entre a ponta da língua (virada para cima) e os alvéolos --fica necessariamente bastante restrita, o que limita as condições aerodinâmicas possíveis no sopro fônico quando este sai da passagem posterior, já que o conjunto forma um canal contínuo.
6. As conclusões que resultam das considerações aqui apresentadas, sobre a relação entre as articulações dos tipos retroflexo e vibrante, não invalidam os usos do termo "vibrante" nos sentidos mais amplos já convencionalizados e bastante comuns em trabalhos referentes à língua portuguesa. Embora se possa considerar preferível, para certos fins, uma denominação mais rigorosa, aceita-se o termo -- tecnicamente contraditório -- "vibrante retroflexa", que se emprega, de modo geral, nos atlas lingüísticos citados (supra, 1.2), desde que se entenda por "vibrante" uma consoante líquida não lateral-- ou até algum reflexo de tal tipo de consoante--sem que haja, necessariamente, movimentos vibratórios de algum componente supraglótico do aparelho fonador. Aliás, perante terminologias convencionais consideradas tecnicamente defeituosas, não é outra a atitude de autores como M. Grammont (1960:72): "Les R sont souvent désignés par le nom de vibrantes. C'est encore une dénomination défectueuse car le nom de vibrantes conviendrait à tous les phonères dont l'émission comporte des vibrations, c'est-à-dire à toutes les sonores". Em

trabalhos que tratam, com maior ou menor grau de rigor, de propriedades de pronúncia na língua portuguesa, é relativamente comum encontrar o emprego do termo "vibrante" para indicar todo e qualquer tipo de "r", incluindo-se nessa categoria diversos tipos de sons. Em face disso, é recomendável a posição adotada pelo saudoso foneticista português A. Lacerda (1960:156-157):

Ainda que impropriamente, designar-se, geralmente como vibrantes todos os sons de tipo r. Incluem-se num mesmo grupo, sons produzidos com uma única e breve "batida" da língua..., e sons fricativamente articulados, a par dos sons que são de facto classificáveis com vibrantes, ou sejam os caracterizados por uma vibração da língua ou da úvula...

Para não englobar sob a mesma rubrica de "vibrantes" sons muito heterogêneos, estabelece-se um grupo formado por todos os sons do tipo r, e subdivide-se este em dois sub-grupos: I) Vibrantes; II) Não vibrantes do tipo r. A referida classificação permite evitar impropriedades terminológicas sem que se torne necessário contrariar inconvenientemente designações tradicionais.

7. Aurélio (1986) define gutural como "1. Relativo ou pertencente à garganta. 2. Modificação pela garganta (som)..."; PDBLP (1985), como "Que diz respeito à garganta; modificação pela garganta (som)". Embora o uso de tal termo seja típico de trabalhos científicos de outra época, tais como os estudos de G. Viana (p. ex., 1898:7,50) sobre pronúncia portuguesa, e a obra clássica sobre fonética experimental de P.-J. Rousselot (1924:908), encontra-se ainda, ocasionalmente, em trabalhos que se referem à fonética da língua portuguesa (p. ex., J. Mattoso Câmara 1972:44).
8. Não é de estranhar que ocorra a referida realização fricativa do "r caipira". Até as vibrantes propriamente ditas (com oscilação vibratória livre) podem ser realizadas com perceptível ruído de fricção, segundo observa, entre outros, Pike (op.cit., 146: "... trills can be of fricative or frictionless varieties..."). Ademais, são bem conhecidas as variantes fricativas do "r forte" (cuja oposição ao "r brando" neutraliza-se em todas as posições exceto a intervocálica; v. J. Mattoso Câmara 1953:106-110, 1970:43-44). Em face dessa neutralização, parece-me provável que o caráter fricativo da referida realização do "r caipira" seja o resultado de influência da pronúncia do "r forte", como fricativa velar, no mesmo contexto, em variedades com maior prestígio. (Cf. n. 9.)
9. Das observações aqui apresentadas resulta esta hipótese: a variante retroflexa espirante (ou, retroflexa fricativa) seria menos estigmatizada do que a retroflexa comum. No entanto, M. Oliveira (op.cit., p. 113) adota um procedimento contrário a essa hipótese, uma vez que combina ambos os tipos de realização numa mesma

categoria para fins de análise sociolinguística. O mesmo autor também não discrimina diversos graus de retroflexão, ao contrário de outros (p. ex., N. Rossi et al. 1963:9, referente à linguagem popular do Estado da Bahia), embora de acordo com M.S. Aragão e C. Menezes (1984:20, referente à Paraíba), e J. Ribeira et. al. (1977:35), que também se refere à linguagem popular do Estado de Minas Gerais. Sem conhecer os dados a que se referem esses trabalhos, não é possível saber se tais diferenças de procedimento refletem diferenças entre as respectivas variedades da língua, ou então resultam de diversas opções descritivas ou analíticas.

10. Embora tenha sido bastante apreciável a emigração dos Estados Unidos para o Brasil durante um certo período do século passado, depois da guerra civil naquele país, a influência linguística do inglês sobre o português, que resultou do contato entre as duas línguas nessa época, parece ter sido de grau reduzido e de âmbito bastante restrito.
11. Agradeço ao colega Aryon Dall'Igna Rodrigues as informações que me tem fornecido a esse respeito, tanto na ocasião da apresentação de uma versão anterior do presente trabalho, sob o título de "Propriedades articulatórias e acústicas do 'r caipira'," no II Encontro Nacional de Fonética e Fonologia (Brasília, UnB, 08-10/09/86), como em discussões mais recentes. (V. também A.D. Rodrigues 1986.) É evidente que as informações necessárias para avaliar as hipóteses de influência linguística indígena dependem do conhecimento científico das características das respectivas línguas e da natureza histórica dos contatos entre os povos de origem indígena e os colonizadores de origem européia.
12. A adesão de J. Marques da Cruz às doutrinas do determinismo, manifesta-se em vários trechos da obra citada, tais como os seguintes: "O clima nas zonas temperadas, como aquelas em que se acham Portugal e os Estados do sul do Brasil, produz a pronúncia mais rápida e até a eliminação de certas vogais, no meio dos vocábulos..." (p.474); "À medida que nos aproximamos da zona tórrida, a pronúncia vai-se tornando langorosa. Observa-se a pronúncia lenta de um marseilhês..., a vertiginosa de um parisiense... e a lânguida de um habitante da Guiana francesa, em plena zona tórrida... Cada povo pronuncia, pois, a língua conforme o seu clima..." (p. 476). Dessa forma, o determinismo servirá igualmente bem para "explicar" toda e qualquer característica de toda e qualquer variedade linguística, já que em caso algum poderá ser confirmada ou refutada uma hipótese nesses termos.
13. Num ensaio, que se tornou clássico, sobre a relação entre língua e ambiente, E. Sapir (1912) demonstra que a influência do meio físico e social sobre a língua se limita, de modo geral, ao léxico. Quanto à falta de correlação entre o meio físico e a pronúncia ("sistema fonético", no dizer do autor), o estudo mostra que é possível encontrar, por um lado, casos de grandes semelhanças fonéticas entre

línguas usadas em ambientes físicos muito diferentes, e, por outro lado, casos de grandes diferenças fonéticas entre línguas que se usam em regiões fisicamente semelhantes ou quase idênticas.

14. Digo "especialmente" relevantes, em parte porque considero inaceitáveis as referidas hipóteses sobre supostas causas externas. Por outro lado, são sempre relevantes os dados sobre as estruturas e os processos internos da língua que acusa mudança. Por isso, considero precipitada toda e qualquer hipótese referente a condições externas (inclusive contato com outras línguas) antes que a mudança ou evolução em questão seja devidamente analisada à luz das propriedades e processos internos da respectiva língua. Aliás, a separação entre as condições lingüísticas externas e as propriedades internas, sem considerar as relações entre ambos os contextos, na elaboração de hipóteses de origem (especialmente sobre características fonológicas ou gramaticais), aliada a uma tendência a dar preferência a explicações em termos de fatores externos (lingüísticos ou até extra-lingüísticos), sem fazer análise prévia e exaustiva dos processos e estruturas do contexto lingüístico interno da mudança em questão-- como se observa freqüentemente em trabalhos sobre a língua portuguesa no Brasil-- representa uma visão parcial e desatualizada. Segundo os conceitos modernos da lingüística histórica, especialmente a partir da obra clássica de A. Martinet (1955), considera-se que as possibilidades da influência de contatos com outras línguas --inclusive nos domínios mais aptos a receber empréstimos, assim como os parâmetros das mudanças possíveis nesses domínios-- são determinados pelas estruturas e pelos processos já existentes na língua que vem a sofrer evolução. Assim, por exemplo, se numa certa época de sua história-- durante um período de intenso contato com a língua francesa (depois da invasão normanda)-- o inglês passou a ter o fonema /ʒ/ (fricativa palatal vozeada), como já existia no quadro fonêmico do francês, foi a natureza do sistema fonológico do próprio inglês que proporcionou as condições propícias à "importação" dessa unidade: antes, o paradigma das oclusivas e das fricativas do inglês apresentava uma configuração de quatro séries, todas com quatro elementos-- exceto a série das fricativas vozeadas, que tinha apenas três, com uma "casa vazia" precisamente na ordem mais posterior, lugar esse que o novo fonema viria ocupar.
15. Neste momento, o único caso que conheço, nas línguas românicas, de outro "r" foneticamente semelhante ao "r caipira" é o caso do "r" retroflexo de Porto Rico. Não obstante a aparente semelhança na produção dessas duas variantes, há algumas diferenças significativas: enquanto o "r caipira" é propriedade de linguagem popular rural no Brasil, é estigmatizado (especialmente em meios urbanos), e dificilmente seria resultado de contatos com alguma outra língua, ao passo que o "r" retroflexo de Porto Rico é propriedade de linguagem urbana (sendo típico, em certos meios, da capital), não apresenta o mesmo grau e tipo de estigmatização que o

"r caipira", e provém, evidentemente, de influência do inglês americano. Portanto, o caso do "r" retroflexo portorriquenho pouco, ou nada, poderá contribuir para esclarecer a questão da origem do "r caipira".

16. V., p. ex., os estudos de R. Hall (1943a,b), D. Reed e Y. Leite (1947), J. Mattozzo Camara (1953), B. Head (1963), J. Morais Barbosa (1965)
17. Além dos dados referentes ao dialeto caipira no Estado de São Paulo descritos no estudo clássico de A. Amaral (obra citada), registram-se, em estudos referentes à linguagem popular rural de várias outras regiões, dados que exemplificam os diversos tipos de relações mencionadas entre /r/ e /l/: de Minas Gerais (J. Teixeira 1938), de Goiás (J. Teixeira 1944), da Bahia (N. Rossi *et al.*, obra citada), de Alagoas e Pernambuco (M. Marroquim 1945, P. Santiago 1977), e do Ceará (F. Serraine 1938), entre outros trabalhos. Uma descrição sistematizada da alternância entre /r/ e /l/ encontra-se em B. Head (1985).
18. Com base num estudo de fonética experimental referente a dados sobre o uso de informantes das cidades de Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro, e da área caipira (representada por Bauru e Goiânia), D. Feldman (1972:137) descreve da seguinte maneira as características articulatórias do "l" (velarizado) em posição final de sílaba, no português do Brasil: "... in comparison with the other Romance languages, Brazilian Portuguese /l/ shows certain characteristics [in syllable-final and utterance-final positions], among which we may note its marked tendency toward retroflexion of the apicum without necessarily achieving occlusion, convexity of the prelamina, a lessening of the distance between the rear surface of the root of the tongue and the rear pharyngeal wall, and the tendency toward a slight constriction [*sic!* constriction?] of the orbicularis oris. We must add to this a general process of lenition of /l/ in contemporary Brazilian Portuguese which has caused Elia to remark that: 'O /l/ pós-vocálico está sofrendo um fenômeno de deterioração; ou se vocaliza, ou cai, ou se transforma na outra líquida o /r/... (1963:271)'. "É instrutivo comparar tal descrição com a de G. Viana (1892:46): "l, l depois de vogal na mesma sílaba, ou quando final: quasi o l polaco, isto é gutturalizado: a língua, deprime-se a meio, e faz-se convexa em direção ao palato molle; a ponta, com a sua face inferior, toca a face interna dos incisivos superiores e forma o contacto com as gengivas; o effecto acústico é quasi o de um u muito sumido, ou do w inglês..." São especialmente relevantes as referências, nessas duas descrições, à posição convexa da língua (o que implica levantamento do dorso), assim como o uso do termo "guturalizado" por G. Viana (cf. a descrição do "r caipira" feita por A. Amaral 1920:21).
19. V., p.ex., os alfabetos fonéticos dos seguintes congressos e publicações: I Congresso Brasileiro de Dialetoлогия (Porto Alegre, 1958), cujo sistema de transcri-

ção foi adotado pelo Centro de Estudos Filológicos de Lisboa, o Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro (Salvador 1956, Anais 1958), a Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Universidade de Coimbra (A. Lacerda e G. Hammarström 1952), e os atlas linguísticos regionais brasileiros acima citados, assim como o ALPI (1962).

20. R. Wells (1974:440-441) argumenta que a fonética não conseguiu alcançar seus objetivos, como ciência, no século XIX, por não abordar sistematicamente as relações entre a articulação e a audição na descrição dos sons. Essa mesma falha persiste, em certos meios, até hoje, não obstante a extensa bibliografia de estudos que enfrentam a questão (especialmente a partir de Jakobson, Fant e Halle, obra citada). Onde ocorre tal limitação, constitui um obstáculo à elaboração de descrições fonéticas exatas e a observação de processos fonológicos abrangentes, uma vez que leva ao uso de termos múltiplos (às vezes, de fundamento discutível) que ofuscam as semelhanças entre tipos de sons articulatoriamente diferentes mas parecidos auditiva ou acusticamente. Como exceção à tendência de usar, desnecessariamente, termos distintos para casos similares, devo citar, entre os estudos referentes a variedades de linguagem popular rural no Brasil, J. Penha, Vocabulário Rural Sul-Mineiro (1976), trabalho que (além de apresentar um extenso inventário de vocábulos típicos da variedade estudada, com farta exemplificação de usos) prima pela qualidade da transcrição fonética dos vocábulos e das frases que exemplificam seus usos típicos. Esse criterioso estudo caracteriza o "[r] 'caipira' peculiar ao Sul de Minas..." como uma "vibrante linguopalatal velarizada..." Tal emprego do termo "velarizada" está perfeitamente de acordo com o uso convencional, no sentido de "com articulação mais retratada", ou seja, relativamente mais posterior. O referido autor emprega esse mesmo termo ("velarizada") tanto para um tipo de "vibrante", como para um tipo de lateral--o que evidencia uma propriedade comum entre variantes de dois fonemas distintos, permitindo, assim, o agrupamento de ambas as variantes numa mesma regra de alternância (fundamentada, é claro, na observação de sua semelhança fonética). Semelhantes empregos dos termos "velar" e "velarizada" encontram-se em outros autores, que também se baseiam, aparentemente, na descrição feita por A. Amaral, mas que preferem esses termos a "gutural" ou "guturalizada". Por exemplo, C. Cunha (1979:55) refere-se ao "r caipira" nestes termos: "... a [realização] de vibrante linguopalatal velarizada múltipla que é a do [r] charado caipira, característico da região Norte de São Paulo e Sul de Minas Gerais."
21. Ao contrário de alguns estudos mais tradicionais e, em alguns casos, de orientação normativa (tais como R. Hall, D. Reed e Y. Leite, B. Head, e J. Morais Barbosa, obras citadas, n. 16 supra), os trabalhos de E. Pontes e B. Abaurre apresentam, por motivos parcialmente diferentes, as seguintes particularidades no tratamento da fonologia: não incluem no inventário de fonemas as sonantes

palatais [ʎ] e [ʝ], nem considerar que haja oposição fonológica entre "r forte" e "r brando". Esta última noção está de acordo com a análise original de J. Mattoso Câmara (1953), a qual foi renunciada posteriormente (J. Mattoso Câmara 1968:233; v., a propósito, o comentário de A. Naro e J. Reighard em J. Mattoso Câmara 1972:237-8).

22. M.H. Mira Mateus (1982:221) apresenta a seguinte regra de "velarização do /l/":

$$\left[\begin{array}{c} + C \\ + lat \end{array} \right] \longrightarrow [-ant] / |----| \left\{ \begin{array}{c} C \\ \# \end{array} \right\}$$

A autora citada afirma que "se... definirmos [tal consoante] como [+soan, -ant], temos uma identificação que, nesse contexto, é exclusiva do /l/ velar." Tal procedimento deixa de considerar a natureza das características que distinguem o "/l/ velar" de uma outra lateral: segundo a matriz fonológica do mesmo trabalho (p. 72), a lateral palatal /ʎ/ é classificada como [+consonântico, +lateral, -anterior] -- portanto, com as mesmas propriedades atribuídas ao "/l/ velar" na regra citada. Está certo que a lateral palatal /ʎ/ não ocorre em final de sílaba, mas o uso de [-anterior] para caracterizar a lateral velar nessa posição significa empregar a mesma propriedade ora com um valor ora com outro, em relação a dois tipos de som de uma mesma categoria (a das laterais) -- o que constitui um procedimento bastante discutível.

23. O ponto de partida crucial para identificar o caráter geral do processo é o reconhecimento da propriedade comum entre as variantes dos diferentes fonemas -- quaisquer que sejam os termos da descrição. Creio ser importante distinguir, no processo do conhecimento, entre (1) a capacidade de observação e (2) a técnica descritiva, pois uma não depende -- nem decorre, necessariamente -- da outra. Assim, embora as descrições seguintes não empreguem terminologia técnica apropriada, elas têm o mérito (que muitas vezes falta em trabalhos mais técnicos...) de reconhecer que há alguma propriedade fonética comum entre /l/ e /r/, típica de determinado contexto:

"L... Quando final de palavra, cai invariavelmente entre os incultos e com frequência na linguagem desleixada. Esta facilitação de pronúncia deverá ser evitada em sua crueza popular, mas o cantor deverá principalmente evitar o vício contrário que consiste num rolamento de l a ponto de duplicá-lo. Nem liberá, nem liberall e muito menos liberali. A pronúncia deverá mais tender para o fenômeno inculto, com a prolação dum l levíssimo, quase nulo...

R... Quando final de palavra aguda, na pronúncia inculta ou desleixada tende a ser devorada pelo acento. Mas, como foi dito para o caso idêntico do l, é também defeituosa a tendência, por assim dizer, contrária que consiste em rolar excessivamente o r final, dando-lhe um valor gutural. Esta última tendência deverá ser energicamente evitada no canto erudito, por dar à emissão da vogal acentuada um rabo de ruídos, absolutamente desairoso, prejudicial à pureza da voz. A facilitação fonética que leva o povo a omitir o r deste caso, é que deve ser estudada e aplicada discretamente no canto erudito..."

Anais do Primeiro Congresso Nacional da Língua Nacional Cantada (São Paulo, 1938), págs. 89-90.

Embora seja discutível o uso de termos como "rolar" e "rolamento" nos referidos casos, as descrições acima citadas não deixam de reconhecer a semelhança entre as alternâncias paralelas dos diferentes fonemas. O mesmo mérito encontra-se, com uso de terminologia mais apropriada, no alfabeto adotado pelo Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro (Salvador, 1956): são qualificadas de "velarizada" tanto a lateral em final de sílaba, do "português normal de Portugal", como a "vibrante" do "português 'caipira' do Brasil" (Anais 1958:476-477). A nota que segue a apresentação e exemplificação dos símbolos desse alfabeto (Ibid., p. 478) oferece o seguinte esclarecimento: "Os signos fonéticos adotados se baseiam, na quase totalidade dos casos, na convenção a ser seguida pelo Centro de Estudos Filológicos e pelo Boletim de Filologia, e suas publicações, de Lisboa, segundo comunicação do Professor Luis Felipe Lindley Cintra..."

24. Sobre o caráter estigmatizado do "r retroflexo" no meio urbano, especialmente quando substitui a lateral em final de sílaba, v. B. Head 1981:160-1 165; S. Bortoni-Ricardo 1985:58-60.
25. B. Head 1978:30-32.
26. A. Araral e J. Teixeira, obras citadas.
27. De uma região para outra, manifestar-se diferenças notáveis entre as freqüências de ocorrência do "r retroflexo" (e variantes afins), em contextos lingüísticos correspondentes. Por exemplo, no Estado de São Paulo, conforme demonstrado por Head 1978:27-28, a freqüência de ocorrência do "r retroflexo" em final de sílaba interna chega a 90% ou mais (de acordo com dados extraídos de G. Istre 1971:150-233 e A.N. Rodrigues 1974:186-198, respectivamente). Segundo J. Mota e V. Rollenberg 1986:130, com base em dados tirados do APFB e do ALS, a freqüência de ocorrência do "r retroflexo", em final de sílaba, entre informantes represen-

tando a linguagem popular do interior dos estados da Bahia e de Sergipe, é na ordem de 5% a 14%, respectivamente. Nas cartas do ALP, encontram-se poucas representações da "vibrante retroflexa" (na terminologia das autoras): nas Cartas 079--argueiro e 090--aguardente (talvez também nas Cartas 113--quartinha e 122--cortiço, embora a transcrição deixe margem de dúvida). Por outro lado, é bem mais frequente a ocorrência da chamada "vibrante retroflexa" no interior de Minas Gerais, segundo os dados de J. Ribeiro *et al.* (*op.cit.*, v., p. ex., as Cartas 3--arco-da-velha, e 8--norroço). Portanto, com base na documentação oferecida pelos materiais dos referidos atlas, depreende-se uma gradação na frequência de ocorrência das realizações do "r" filiadas à pronúncia típica do "r caipira", nesta ordem decrescente: Minas Gerais, Sergipe, Bahia, Paraíba. Tal ordem corresponde à distância relativa (-- só que estão invertidas as posições da Bahia e de Sergipe) do lugar de origem dessa variante: o interior do Estado de São Paulo. A comparação entre as ocorrências de propriedades correspondentes em regiões dialetais diferentes como procuro fazer nesta nota, é dificultada pela escassez de materiais sobre dialetologia geográfica no Brasil e pela falta de maior semelhança entre os atlas lingüísticos regionais existentes. No entanto, há algumas tentativas de síntese recentes dignas de consulta: C. Cunha 1972 e L. Cintra 1984 (tb. em Cunha e Cintra 1985:9-24).

28. P. Teyssier, História da Língua Portuguesa (Lisboa: 1984), págs. 54-56, 65. O primeiro testerunho dos charados "s e z chiantes" (fricativas palatais) em final de sílaba, é de Luís António Verney, Verdadeiro Método de Estudar, 1746 (v. I, págs. 78-79, Lisboa: Livraria Sé da Costa, 1949). G. Viana (1883:20; 3a. ed., 1973:102) menciona uma pronúncia mais retraída da vibrante forte, com uma variante uvular que o mesmo autor considera individual; vinte anos mais tarde (1903:19), o insigne foneticista assinala a expansão progressiva dessa variante uvular, nas cidades, com a indicação de que se considera um vício de pronúncia. A lábio-velarização, com vocalização, do lateral /l/ afilia-se a uma mudança antiga na língua portuguesa: a vocalização do /l/, de palavras latinas, diante de consoante oclusiva surda (por exemplo, fouce de falce, poupar de palpare, outro de alt(e)ru). A velarização do /l/ sem vocalização, pode representar uma fase inicial de uma alternância no sentido dessa mudança historicamente comum.
29. A. Lacerda e N. Rossi (1958: 13-14, 75-77) assinalam numerosas diferenças entre variedades representando o português de Portugal e o português do Brasil, tanto segundo uma apreciação subjetiva, como segundo análises de fonética experimental. Em muitos desses casos, o grau ou âmbito maior da propriedade em questão caracteriza a variedade que representa, no referido estudo, o português do Brasil. Tal é o caso, por exemplo, da duração das vogais tônicas, da nasalidade, da monotongação de certos ditongos, e da redução da abertura das vogais diante de consoante nasal.

BIBLIOGRAFIA

- ABAURRE, B. 1973. Identidade de representações básicas e fatores de diferenciação superficial no componente fonológica de línguas cognatas. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1973.
- ALP=Atlas Lingüístico da Paraíba. Vide Aragão e Menezes 1984.
- ALPI=Atlas Lingüístico de la Península Ibérica. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1962.
- ALS=Atlas Lingüístico de Sergipe. (No prelo.)
- AMARAL, A. 1920. O dialecto caipira. São Paulo, Casa Editora "O Livro".
- ANAIS 1958. Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (Salvador, 1956). Rio de Janeiro, MEC.
- Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada (São Paulo, 1937). São Paulo, Departamento de Cultura, 1938.
- APFB=Atlas Prévio dos Falares Baianos. Vide Rossi et al. 1963.
- ARAGÃO, Ma. S. e C. Menezes 1984 [1985]. Atlas Lingüístico da Paraíba. v. 1: Cartas léxicas e fonéticas. v. 2: Análise das formas e estruturas lingüísticas encontradas. Brasília, UFPB/CNPq.
- AURELIO 1986. = Ferreira, Aurélio B. de H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2a. ed. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- BARBOSA, J. Morais. 1965. Études de phonologie portugaise. Lisboa, Junta de Investigaçãõ do Ultramar.
- BOLÉO, M. de Paiva e Maria Helena Santos Silva 1962. "O 'Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental'," Boletim de Filologia XX (= v.III, Actas do IX. Congresso Internacional de Lingüística Românica) 85-112.
- BORTONI-RICARDO, S. 1985. The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil. Carbridge University Press.
- BUENO, F. Silveira. 1958. "O dialeto paulista," Jornal de Filologia, IV, 3/4:1-33.

- CÂMARA Jr., J. Mattoso. 1953. Para o estudo da fonêmica portuguesa. Rio de Janeiro, Organização Simões.
- _____. 1968. "Brazilian linguistics," Current Trends in Linguistics, Thomas A. Sebeok, ed. 4:229-247. The Hague, Mouton.
- _____. 1970. Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____. 1972. The Portuguese Language. Trad. de A. Naro. Chicago/Londres, University of Chicago Press.
- CHAVES de Melo, G. 1971. A língua do Brasil. 2a. ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- CHOMSKY, N. e M. Halle. 1968. The Sound Pattern of English. New York, Harper and Row.
- CINTRA, C. 1984. "O Domínio Atual da Língua Portuguesa," Humanidades (Brasília), II,7: 108-114.
- CUNHA, C. 1972. "Falares Regionais," Atlas Cultural do Brasil, Rio de Janeiro, MEC/CFC/FENAME, págs. 111-117.
- _____. 1979. Gramática da Língua Portuguesa. 5a. ed. Rio de Janeiro, FENAME.
- _____. e L. Cintra. 1985. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 2a. ed. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- ELIA, S. 1963. Ensaio de Filologia. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- _____. 1975. Ensaio de Filologia e Linguística. 2a. ed. Rio de Janeiro, Grifo/MEC.
- _____. 1976. Ensaio de Filologia e Linguística. 3a. ed. Rio de Janeiro, Grifo.
- FELDMAN, D. 1972. "On Utterance-final [ɨ] e [ʉ] in Portuguese," Papers in Linguistics and Phonetics to the Memory of Pierre Dellattre, A. Valdman, ed. The Hague/Paris, Mouton, págs. 129-141.
- GRAMMONT, M. 1960. Traité de Phonétique. Paris, Librairie Delagrave.
- HALL, R. 1943a. "The Unit Phonemes of Brazilian Portuguese," Studies in Linguistics, I, 15 (April, 1943), 1-6.

- _____. 1943b. "Occurrence and Orthographic Representation of Phonemes in Brazilian Portuguese", Studies in Linguistics, II, 1 (May 15, 1943), 6-13.
- HEAD, B. 1963. A comparison of the segmental phonology of Lisbon and Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Universidade do Texas, Austin.
- _____. 1973. "O estudo do 'R-caipira' no contexto social", Revista de Cultura Vozes 67 (8) [=Panorama da Sociolinguística]: 43-49.
- _____. 1978. "Subsídios do Atlas Prévio dos Falares Baianos para o estudo de uma variante dialetal controversa", Cadernos de Estudos Linguísticos, 1:21-34.
- _____. 1981. "Social factors in the perception of phonetic differences," Cadernos de Estudos Linguísticos, 2:158-166.
- _____. 1985. "A alternância entre consoantes líquidas: um caso de condicionamento múltiplo," XI Anais de Seminários do GEL [Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo], São José do Rio Preto, UNESP, págs. 142-158.
- HEFFNER, R.-M. 1950. General Phonetics. Madison, The University of Wisconsin Press.
- ISTRE, G. 1971. A Phonological Analysis of a Brazilian Portuguese Interior Dialect. Tese de doutorado, Louisiana State University and Agricultural and Mechanical College.
- JAKOBSON, R. 1965. Fonema e Fonologia. Trad. de J. Mattoso Câmara, Jr. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- JAKOBSON, R., Fant, G. e M. Halle 1952. Preliminaries to Speech Analysis. The Distinctive Features and their Correlates. Cambridge, Mass., MIT Press.
- LACERDA, A. s.d. [1960?]. "Fonética Geral", notas mimeografadas do curso. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- _____. e G. Hammarström 1952. "Transcrição fonética do português normal", Revista do Laboratório de Fonética Experimental (Coimbra), I:119-135.
- _____. e N. Rossi 1958. "Particularidades fonéticas do comportamento elocucional do falar do Rio de Janeiro, (em confronto com o português normal de Portugal)", Revista do Laboratório de Fonética Experimental (Coimbra), IV:5-102.

- LADEFOGED, P. 1971. Preliminaries to Linguistic Phonetics. Chicago/Londres, University of Chicago Press.
- _____. 1975. A Course in Phonetics. New York, Harcourt Brace Jovanovich.
- MARQUES da Cruz, J. 1943. Português Prático. São Paulo, Melhoramentos.
- MARROQUIM, M. 1945. A Língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco). São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- MARTINET, A. 1955. Économie des changements phonétiques. Berne, A. Francke.
- MATEUS, Ma. H. Mira. 1982. Aspectos da Fonologia Portuguesa. Lisboa, Instituto Nacional da Investigação Científica/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- MATTOSO Câmara, J. Vide CÂMARA Jr., J. Mattoso.
- MENDONÇA, Renato. 1948. A influência africana no português do Brasil. Porto, Livraria Figueirinhas.
- MORAIS BARBOSA, J. Vide BARBOSA, J. Morais.
- MOTA, J. e V. Rollerberg. 1986. "Consoantes implosivas no 'falar baiano'," Atas do I Simpósio sobre a Diversidade Linguística no Brasil, Salvador, Universidade Federal da Bahia, págs. 125-137.
- NASCENTES, A. 1953. O linguajar carioca. 2a ed. Rio de Janeiro, Organização Simões.
- OLIVEIRA, Marco Antônio de. 1983. Phonological variation and change in Brazilian Portuguese: The case of the liquids. Tese de doutoramento. Universidade da Pennsylvania.
- PDBL= Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 11a ed., Supervisionado... por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- PENHA, Jr. 1976. Vocabulário rural sul-mineiro. Franca, UNESP.
- PIKE, K. 1943. Phonetics. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- PONTES, E. 1972. Estrutura de verbo no português coloquial: Petrópolis, Editora Vozes.

- "Projeto Censo da Variação Lingüística no Estado do Rio de Janeiro. Sistema de Transcrição." 1983.
- REED, D. e Y. Leite. 1947. "The Segmental Phonemes of Brazilian Portuguese. Standard Paulista Dialect," in K. Pike, Phonemics: A Technique for Reducing Languages to Writing, Ann Arbor, Mich., The University of Michigan Press, págs. 194-202.
- RIBEIRO, J. et. al. 1977. Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais. 1º vol., Rio de Janeiro, MEC/Fundação Casa de Rui Barbosa/Universidade Federal de Juiz de Fora.
- RODRIGUES, A.D. 1986. Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo, Ed. Loyola.
- RODRIGUES, A.N. 1974. O dialeto caipira na região de Piracicaba. São Paulo, Editora Ática.
- RODRIGUES, F. Iório. 1974. "O linguajar matuto." Edição mimeografada. Maceió: Curso de Aperfeiçoamento em Letras, Universidade Federal de Alagoas.
- ROSSI, N. et al. 1963. Atlas Prévio dos Falares Baianos. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- ROUSSELOT. P.-J. 1924. Principes de phonétique expérimental. 2 v. Paris, H. Didier, Editeur.
- SANTIAGO, P. 1977. Dinâmica de uma linguagem. O falar de Alagoas. Maceió, Universidade Federal de Alagoas.
- SAPIR, E. 1912. "Language and Environment," American Anthropologist, n.s., 14:226-242. Também em Selected Writings of Edward Sapir in Language, Culture and Personality, D. Mendelbaum, ed. Berkeley/Los Angeles. University of California Press, 1951, págs. 89-103.
- SERAINE, F. 1938. "Contribuição ao Estudo da Pronúncia Cearense," Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada. São Paulo, Departamento de Cultura, págs. 437-484.
- SILVA Neto, S. 1963. Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. 2a ed. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- SWEET, H. 1970. A Handbook of Phonetics. (Cópia fac-similada da 1a ed. 1877.) London,

MacGrath Publishing Company.

TEIXEIRA, J. 1938. "O falar mineiro," Revista do Arquivo Municipal (São Paulo). XLV:5-100.

_____. 1944. Estudos de Dialectologia Portuguesa: Linguagem de Goiás. Vol. II São Paulo, Editora Anchieta.

TEYSSIER, P. 1984. História da Língua Portuguesa. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

VASCONCELOS, J. Leite de. 1901. Esquisse de une dialectologie portugaise. Paris/Lisboa, Aillaud. 2a. ed., Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1970.

VIANA, A. Gonçalves. 1883. Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après de dialecte de Lisbonne. (Extrait de la Romania t. XII). Paris, Imprimerie Daupley-Gouverneur. 2a. ed. no Boletim de Filologia, VII (1941), 161-243. Também em A. Gonçalves Viana 1973, págs. 83-152.

VERNEY, Luís Antonio. Verdadeiro Método de Estudar. Valensa, Oficina de Antonio Bal-le, 1746 (cita-se a edição de Antônio Salgado Jr., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1949).

_____. 1892. Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros. Lisboa, Imprensa Nacional.

_____. 1903. Portugais. Phonétique et phonologie. Morphologie. Textes. Leipzig, B.G. Teubner.

_____. 1973. Estudos de fonética portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

WELLS, R. 1974. "Phonemics in the Nineteenth Century, 1876-1900," Studies in the History of Linguistics. Traditions and Paradigms, Dell Hymes, ed. Bloomington/London, Indiana University Press, págs. 434-453.